

RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.431 - DF (2018/0340963-0)

RECORRENTE : COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS
ADVOGADOS : LUÍS CARLOS CREMA - DF020287
DANIEL CREMA - SC018564
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO NILO DE ALMEIDA E OUTRO(S) - DF029502

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE. SUCUMBÊNCIA. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS. NÃO CABIMENTO.

I - Inexiste sucumbência no procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente (artigos 305 a 310 do CPC/2015), uma vez que, ao contrário da sistemática processual revogada (CPC/1973), os pedidos cautelar e principal passaram a ser analisados e decididos em um só processo.

II - Negou-se provimento ao recurso.

Na origem, cuida-se de tutela de urgência cautelar antecedente ajuizada pela Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos, ora recorrente, em desfavor do Distrito Federal, ora recorrido, objetivando a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários inscritos nas Certidões da Dívida Ativa (CDAs) n. 50187502439, n. 50187502420 e n. 50187502447.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 391.179,16 (trezentos e noventa e um mil, cento e setenta e nove reais, e dezesseis centavos), em janeiro de 2018.

A parte requerente interpôs apelação contra a sentença que julgou procedente o pedido por ela deduzido, mas deixou de condenar a parte adversa ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Naquele acórdão, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação, mantendo incólume a sentença proferida.

No presente recurso especial, a parte recorrente indica a contrariedade ao art. 82, § 2º, bem como ao art. 85, § 2º, I, II, III e IV, ambos do CPC/2015.

Aduz, em síntese, que conforme o princípio da causalidade, a parte vencida deve ser condenada tanto à restituição das custas processuais, quando adiantadas pela parte adversa, quanto ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, posto que responsável por ensejar a propositura da demanda.

Sustenta, em resumo, que ao deixar de condenar a parte sucumbente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, o Tribunal de origem não apenas contrariou a legislação federal vigente, mas também divergiu da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

A parte recorrida não apresentou contrarrazões tempestivas ao recurso especial, embora intimada para tanto (fl. 250).

É o relatório. Decido.

No tocante à suposta contrariedade ao art. 82, § 2º, do CPC/2015, registro que o recurso especial não merece conhecimento.

A análise do acórdão recorrido, quanto em confronto com as razões recursais, revela que a questão debatida no recurso especial, afeta às custas processuais, não foi, em nenhum momento, abordada pelo Tribunal de origem à luz do dispositivo legal federal reputado malferido (art. 82, § 2º, do CPC/2015), consoante inferência do segmento do voto condutor transcrito a seguir:

“Por fim, não obstante a impossibilidade de ocorrer sucumbência no procedimento da cautelar antecipada, cumpre registrar que o Distrito Federal goza de isenção legal no tocante às custas processuais por força do art. 1º do Decreto-lei nº 500/1969.”

Ademais, não foram interpostos embargos de declaração oportunos, a fim de suprir a omissão eventualmente constatada na decisão ora impugnada.

A admissibilidade do recurso especial pressupõe prequestionamento, ou seja, que a tese recursal tenha sido objeto de efetivo pronunciamento pelo Tribunal de origem, ainda que em sede de embargos de declaração. Sendo assim, diante da constatação de que a decisão incorreu em omissão, cumpria à parte ora recorrente interpor embargos declaratórios, com o intuito de sanar a irregularidade e, conseqüentemente, provocar o prequestionamento, o que não ocorreu no caso em tela.

Configurada a carência do indispensável requisito do prequestionamento, impõe-se o não conhecimento do recurso especial. Incidem sobre hipótese, por analogia, os óbices constantes dos enunciados das Súmulas n. 282 e n. 356, ambas do STF (*in verbis*):

Súmula n. 282.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula n. 356.

O ponto omissivo da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Ressalte-se que, de acordo com o cediço entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento do prequestionamento ficto, previsto no art. 1.025 do CPC/2015, exige a verificação de relevante omissão no acórdão recorrido, não obstante a interposição de embargos de declaração. Por sua vez, a demonstração da perpetuação da referida mácula demanda não apenas a prévia interposição de embargos declaratórios, mas também a indicação expressa da ocorrência de afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, no bojo das razões do recurso especial, providência tampouco observada no caso em tela. Nesse sentido, são os precedentes: REsp n. 1.764.914/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 8/11/2018, DJe 23/11/2018; AgInt no AREsp n. 1.117.302/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018; e AgInt no AREsp n. 1.369.233/MS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 25/2/2019, DJe 13/3/2019.

No que diz respeito à suposta violação do art. 85, § 2º, I, II, III e IV, do CPC/2015, registro que o recurso especial também não merece ser conhecido.

A partir da análise do acórdão recorrido, é possível verificar que o Tribunal de origem amparou a sua decisão no fato de que o processo cautelar, previsto no CPC/1973, deixou de existir como instituto autônomo, após a entrada em vigor do CPC/2015, tendo sido substituído pelo pedido de tutela de urgência cautelar antecedente em esboço, cuja procedência não induz a sucumbência de nenhuma das partes, apta a justificar a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, porquanto não conforma um processo autônomo, tampouco um dos institutos que ensejam a fixação de verba honorária, legalmente estabelecidos (art. 85, § 1º, CPC/2015).

Infere-se o exposto do fragmento do voto condutor transcrito a seguir:

“De fato, o CPC/2015 não previu o processo cautelar como instituto autônomo. (...)”

Portanto, a procedência ou não do pedido de tutela cautelar (à guisa do que se verifica na tutela antecipada de urgência) não conduz à sucumbência processual da parte como se houvessem duas demandas autônomas (uma

cautelar e outra principal).

Assim, o julgamento da tutela cautelar não importa a extinção do processo, não decorrendo da natureza instrumental da cautelar uma simples relação 'vencedor-vencido' para justificar a fixação de honorários advocatícios. (...)

Ressalte-se que o procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente sequer consta das hipóteses arroladas pelo § 1º do art. 85 do CPC ('São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente'). (...)

Não havendo falar em sucumbência no procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente (artigos 305 a 310 do CPC), a alegação da apelante não merece prosperar.”

Ademais, extrai-se das razões recursais que o fundamento decisório acima pronunciado, além de suficiente à manutenção do acórdão recorrido, não foi especificamente rebatido no recurso especial, o que atrai, por analogia, a incidência dos óbices constantes dos enunciados das Súmulas n. 283 e n. 284, ambas do STF (*in verbis*):

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator